



Rádio Peão

MINAS ASSINA PROPOSTA DO TST PARA ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Após quase seis meses de negociação, petroleiros de Minas fecharam o Acordo Coletivo de Trabalho 2019 com a Petrobrás e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O documento foi assinado na última segunda-feira (4).

No estado, a proposta do TST foi aprovada com 59% dos votos. As últimas assembleias foram realizadas na manhã de segunda-feira (4) na Usina Termelétrica de Juiz de Fora e na Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros. A votação também decidiu pela suspensão da greve – realizada entre os dias 26 de outubro e 1º de novembro na Refinaria Gabriel Passos (Regap) e da Termelétrica de Ibirité.

O acordo tem validade de um ano e inclui todas as subsidiárias da Petrobrás. O documento também prevê a instauração de uma comissão para discutir regramento das horas extras e criação de banco de horas, as tabelas de turno, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o e o custeio e reajuste da AMS.



GT da Petros apresenta proposta alternativa ao PED

O Sindipetro/MG, em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Sitramico/MG), realizará nas próximas semanas (dias 12, 13, 19, 20 de novembro) assembleias para deliberar sobre proposta de alterações no regulamento do Plano Petros 1 (PP-1) apresentada pela presidência da Petros.

A proposta é fruto de

negociações realizadas pelo Grupo de Trabalho (GT) da Petros - que reúne representantes da empresa e dos trabalhadores - ao longo dos últimos meses.

As mudanças no regulamento da Petros estão sendo apresentadas como uma proposta alternativa ao atual plano de equacionamento do déficit do PP-1, acumulados até 2015 e o previsto para 2018.

As assembleias com participantes ativos e assistidos do Plano Petros

1, incluindo o grupo dos Pré-70, serão convocadas nos próximos dias por meio de edital e acontecerão na sede do Sindipetro/MG (av. Barbacena, 242, Barro Preto - Belo Horizonte). Durante as assembleias haverá esclarecimentos sobre a proposta. Também será enviado aos associados no Sindicato os próximos dias materiais explicativos acerca das mudanças previstas na proposta.

PETROBRÁS BANCA MAIS DE 90% DE BÔNUS ARRECADADO EM MEGALEILÃO DO PRÉ-SAL

Com poucas propostas e sem concorrência, o megaleilão da cessão onerosa do pré-sal realizado na última quarta-feira (6) foi dominado pela Petrobrás. O certame arrecadou R\$ 70 bilhões, cerca de dois terços dos R\$ 106,5 bilhões estimados pelo Governo Federal e, das 14 empresas habilitadas a participarem da concorrência, metade nem compareceu.

A área de Búzios, a mais cobiçada da oferta, foi arrematada pela Petrobrás (90%) em consórcio com duas empresas estatais chinesas. Outra área de grande interesse, a de Itapu, só teve uma proposta, da própria Petrobrás. As outras duas áreas sequer tiveram ofertas.

Os resultados têm sido apresentados como um fracasso do governo, mas essa sensação só se explica pelas projeções otimistas apostando na arrecadação de curto prazo. Para o economista Rodrigo Leão, coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), o resultado é para ser comemorado e não só pela Petrobrás, que adquiriu os melhores campos, mas também pela sociedade.

“O leilão foi frustrante para quem esperava os R\$ 106,5 bilhões imedia-



tamente nas mãos do governo, mas nós do Inep sempre tivemos dúvidas de que as empresas entrariam como operadoras. Isso seria um problema operacional complicado”, explica Leão.

Ele acrescenta ainda que “esse leilão ofertou reservas excedentes de campos da cessão onerosa que já estão em produção, operados pela Petrobrás. A entrada de uma nova operadora demandaria o estabelecimento de uma nova estrutura produtiva numa área onde ela já existe. Isso não faria sentido operacionalmente e afastou empresas interessadas em ingressar no leilão como operadoras. Portanto, nossa expectativa sempre foi de que as ofertas realizadas fossem de consórcios com a Petrobrás, e que esses consórcios mantivessem a

estatal como operadora”.

Além disso, como as áreas são muito ricas em petróleo, o resultado do leilão foi positivo. “O problema é que a diretoria atual da Petrobrás tem uma ideia fixa na redução quase imediata do endividamento, mesmo que isso signifique sacrificar o lucro operacional a longo prazo. Na verdade, a estatal garantiu acesso a bilhões de barris de um óleo de poços que ela já está explorando”. Leão reforça que esse resultado é motivo para comemoração não só pela empresa, mas também pela sociedade. “Além do volume fiscal importante que vai para o Estado, o excedente vai ficar para a Petrobrás, que é uma empresa pública, que investiu muito nessa descoberta e que tem sido muito eficiente na exploração do pré-sal”.

Das quatro áreas colocadas à disposição no leilão - Búzios, Itapu, Atapu e Sépia - apenas as duas primeiras foram arrematadas. Leão explica que nas áreas onde a Petrobras não quis ser operadora (Atapu e Sépia), o próprio desinteresse da estatal acabou por afastar outras empresas. Como esse leilão se caracterizou pela venda de reservas provadas em regiões onde já há uma estrutura de produção montada, a entrada de uma nova operadora seria tecnicamente complexa, uma vez que não faria sentido montar duas estruturas de produção distintas para explorar a mesma área. Então, a associação das demais empresas aos consórcio dependeria da posição da Petrobras como operadora, algo que não ocorreu em Atapu e Sépia.